

## REFORMA DO ENSINO PUBLICO NO DISTRICTO FEDERAL<sup>1</sup>

Sr. Prefeito – Do estudo attento e meticoloso que venho fazendo sobre o nosso ensino municipal resulta-me a convicção de que elle se resente de numerosas falhas, muitas das quaes carecem sanadas quanto antes. Com as providencias já por mim tomadas e com as que auctorizastes a executar no começo do proximo anno, teremos certamente removido alguns defeitos, destacando-se entre estes o que se refere á falta de docentes e ás suas constantes transferencias.

Resta-me propor-vos correctivo para outras grandes falhas e omissões, que poderão ser perfeitamente desfeitas, sem que para isto haja mistér alterar-se desde já a lei do ensino.

\*\*\*

PREDIOS ESCOLARES – Prevalece pela importancia indiscutível e pelas consequencias graves que della derivam, a questão dos predios escolares. Não preciso carregar as corêns do quadro para patentear ao vosso espirito lucido o que de vargonhoso e deploravel se observa entre nós com respeito a este assumpto. Na sua quasi totalidade, as nossas escolas publicas se acham installadas em predios de aluguel, construidos para residencias particulares, e onde as classes funcçionam em saletas, quartos, cópas, cosinhas e porões, em flagrante divorcio com os mais rudimentares preceitos da hygiene e da pedagogia. Grande culpa cabe aos nossos governantes que, obcecados pela preocupação civilisadora de progresso e melhoramentos, faziam ouvidos moucos aos reclamos da opinião esclarecida, para dispendere enormes sommas em obras sumptuosas, algumas de utilidade contestavel, outras de natureza adiavel. Assim procedendo, não se lembraram de certo que a escola publica, mesquinamente installada, é um attestado vivo do nosso atrazo, é um depoimento humilhante contra os nossos creditos de paiz civilizado. No entretanto, não é de hoje que se clama contra esta vergonha nacional. Eusebio de Queiroz não foi ouvido, como não o foram igualmente deputados, senadores, publicastas que, no Imperio e na Republica, se bateram pela mesma causa, destacando-se entre elles o Conselheiro Ruy Barbosa que, no seu luminoso parecer de 1882 sobre instrucção publica, emittio os seguintes conceitos: “A casa onde funcçionar a escola ha de ser

---

<sup>1</sup> Relatório apresentado pelo Dr. Azevedo Sodré, Director de Instrucção Publica, ao Prefeito municipal deste Districto em 1915

feita expressamente para o serviço escolar; eis a prescrição universal da sciencia e da experiencia em todos os paizes. Assim o querem as leis mais imperiosas da pedagogia e da hygiene. Esses aleijões em materia de construcção escolar, que alugamos por tão immerecido preço e onde abafamos a infancia, acabando por tornal-a surda, myope, vesga e contrafeita, quando a não escrophulisam e emphthisicam, são uma vergonha para a pretendida civilisação do paiz.”

Não insisto mais no assumpto porque sei que a construcção de predios escolares constitue um dos pontos cardinaes do vosso programma administrativo. Sei igualmente que sois avesso aos grandes palacios, no que estou de inteiro accôrdo, preferindo nós ambas construcções modestas, mas elegantes, que obedeçam ás exigencias da hygiene e da pedagogia. Não era de ser com os recursos ordinarios do orçamento que conseguiremos realizar este desideratum. Ainda mesmo admitindo-se uma acção continua, ininterrupta e pertinaz, consumiríamos dezenas de annos para ultimar uma obra, que não permite adiamentos, para libertar-nos de uma vergonha, que nos humilha e atraza. Urge pôr mãos á obra desde já e nella proseguir, sem perda de tempo, com o proposito firme de concluil-a dentro do menor prazo possivel. Sinto-me esperançado, porque sei que é este o vosso modo de pensar, e confio muito na vossa acção, pautada nas seguintes palavras, contidas na Mensagem que dirigistes ao Conselho Municipal: “...talvez não seja impossivel, e tenho elementos para assim pensar, que a Prefeitura possa conseguir um emprestimo sufficiente para a construcção de predios escolares, emprestimo que seria amortizado e custeado dentro da propria verba que é actualmente destinada ao pagamento de alugueis de casa.”

\*\*\*

COLONIAS DE FÉRIAS – Um ponto, subordinado ao predio escolar, e que considero de summa importancia, é o relativo á saude e robustez physica das crianças que frequentam as escolas, e que vão constituir a nação brasileira de amanhã.

Na vossa citada Mensagem insististes judiciosamente sobre o assumpto, solicitando o restabelecimento da verba para a inspecção medica escolar e lembrando a creação de colonias de férias. Considero inadiaveis estas medidas. Devemos começar estabelecendo duas colonias, uma na Tijuca e outra em Friburgo. Cada uma dellas poderá receber por anno de 250 a 300 creanças. Emquanto não nos fôr permittido crear outras, poderemos utilizar o chamado *typo familiar* da colonia de férias, isto é, collocar grupos de 2 a 4 creanças em casas de familias residentes nas

localidades escolhidas (Friburgo, Therezopolis, Petropolis, Portella, Paty do Alferes, etc.).

O clima do Rio de Janeiro, com seus estios prolongados e ausencia de invernos prejudica de alguma sorte o desenvolvimento completo das crianças. A natureza exige que ellas saltem, corram, pulem, agitem-se, e, nem sempre, a temperatura ambiente convida a estes exercicios tão necessarios a um bom e normal crescimento. Aquelas que pudermos collocar durante dous mezes, todos os annos, em uma das visinhas cidades serranas, onde, além do clima reconfortante, de uma boa alimentação, recebam ensino moral e hygienico, hão de voltar certamente mais robustas, mais vigorosas e melhor educadas.

De férias a nossa colonia terá apenas o nome, porque, ao contrario do que se passa em outros paizes, funcçionará permanentemente, todo o anno, succedendo-se nella as turmas de colonos.

A obra humanitaria e benfazeja das colonias de férias, fundada pelo pastor Walter Bion, de Zurich, esteve durante muitos annos entregue exclusivamente á iniciativa particular. Eram as caixas escolares, os patronatos de menores, as obras de protecção á infancia que se incumbiam de crear e manter colonias de férias nos diversos paizes. Mas, os resultados colhidos foram tão beneficos, tão *maravilhosos*, na significativa expressão do professor Robin, que os poderes publicos não hesitaram em associar-se á obra privada, com o fim de imprimir-lhe maior extensão e alcance. Em França existem actualmente 797 colonias de férias, das quaes 127 mantidas pelas municipalidades e 670 pela iniciativa privada, recebendo todas annualmente 81.388 creanças.

\*\*\*

CAIXAS ESCOLARES – Eis ahi uma instituição de primeira ordem, destinada a prestar serviços relevantissimos. Ninguém hoje em dia admite nem comprehende a instrucção publica primaria sem caixas escolares. Vivendo e crescendo sob o influxo de philantropia particular, ellas não dispensam, todavia, o auxilio dos poderes publicos, aos quaes cumpre promover sua creação e subvencional-as, na medida das suas necessidades. Em França a lei de 28 de Março de 1882 tornou obrigatoria a creação de caixas escolares em todas as communes. É um exemplo que já foi seguido no Brazil, pelo Estado de Minas, cujo Governo, em Junho de 1911, regulamentou este serviço, dando ás caixas o character de obrigatoriedade, em torno dos grupos escolares, e permitindo fossem facultativas nas escolas singulares. O Estado de Minas conta actualmente

104 caixas escolares, funcionando regularmente e dando excellentes resultados.

Aqui na Capital Federal possuímos apenas quatro, fundadas por iniciativa dos inspectores escolares Fabio Luz, Esther de Mello, Cesario Alvim e Baptista Pereira. Precisamos promover a criação de mais 17, para que cada districto escolar tenha a sua, e subvencional-as todas, dando-lhes organização mais ou menos uniforme. A caixa escolar com a preocupação dominante de melhorar a instrução e torna-la acessível a todos, facilita a frequencia, fornecendo vestuario, calçado e premios; cuida da saude e robustez physica das crianças pobres, dando-lhes merenda, proporcionando-lhes a collocação em colonias de férias, promovendo passeios instructivos nos parques e jardins, visitas aos museos, fabricas e sitios pittorescos da cidade; finalmente, procura desenvolver nas crianças, que disponham de alguns recursos, o espirito de poupança e de economia. Convém afastar de vez a idea, há muito arraigada no espirito de nossa população, segundo a qual a escola publica é destinada tão sómente ás crianças pobres. Não teremos normalizado o nosso ensino primario emquanto não forem as nossas escolas frequentadas indistinctamente por todas as crianças do Rio de Janeiro.

\*\*\*

#### EXPLORAÇÃO DE MENORES – GUARDAS ESCOLARES –

Mas, a caixa escolar não poderá produzir resultados beneficos e efficazes, com respeito á frequencia, si não fôr auxiliada pela acção dos guardas escolares e por uma lei que vede a exploração do trabalho de crinaças menores de 13 annos. Na Allemanha, Estados Unidos, Belgica, Suissa, etc., onde esta prohibição é rigorosa, o limite de idade alcança 14 a 16 annos. Não se trata de obrigatoriedade escolar, principio hoje vencedor em toda a parte, de resultados indiscutíveis, mas cuja legitimidade poderia encontrar obstaculo nas nossas liberdades constitucionaes. Trata-se apenas de protecção á infancia; ao pai ou tutor fica o direito de mandar ou não o filho ou tutelado para a escola; não deve, porém, explorar-lhe o trabalho antes que elle atinja a idade de poder trabalhar sem prejuizo de sua saude.

Os guardas escolares (*trouant-officer* dos americanos) são os encarregados de descobrir as crianças que não frequentam a escola e averiguar os motivos que as inibem de receber a necessaria instrução. Os serviços prestados por estes modestos funcionarios são verdadeiramente inestimaveis. Elles visitam casa por casa do respectivo districto, vão ás fabricas, officinas e estabelecimentos commerciaes, procuram os pais, tutores e patrões, aconselham-n'os, advertem-n'os, pondo-os em contacto

com a caixa escolar ou dando-lhes conhecimento das prescripções leaes, representam, no dizer dos americanos, o olho da lei escolar.

\*\*\*

ENSINO PRIMARIO DE LETTRAS – O nosso ensino primario de letras, comparado com o que se ministra nos Estados Unidos, Allemanha, Suissa, etc., dá-nos a impressão de um corpo sem pés nem cabeça. Falta-lhe a base representada pelos jardins da infancia, *case del bambini* ou classes maternas; igualmente lhe falta a cupola que é a classe primaria superior (*grammar grade* dos americanos). A missão hodierna da escola primaria, leiga e gartuita, é instruir e educar; ella deve receber a criança na mais tenra idade (de 3 para 4 annos), conserva-a durante 8 ou 9 annos para entrega-la aos lyceus, escolas profissionaes ou commerciaes, já com a educação physica, moral e intellectual bem adiantada, em ordem a poder retirar do novo todo o proveito.

Certamente, não nutrimos a fatua pretensão de querer, neste momento, remodelar o nosso ensino á americana, á franceza ou á suissa; para tanto fallecem-nos os indispensaveis recursos orçamentarios. Alguma cousa, porém, podemos e devemos fazer neste sentido. A meu ver, impõe-se desde já a creação de mais 5 ou 6 jardins da infancia, sendo um delles annexo á Escola Normal, para a pratica escolar das normalistas, e outro na Casa de S. José, que, transformada em uma escola primaria mixta, sob o regimen do internato, deve ser transferida para a Directoria Geral de Instrucção Publica. Em um desses jardins poderemos, a titulo de experiencia, instituir o methodo auto-educativo Montessori, que tão excellentes resultados está dando na Italia, em Paris e nos Estados Unidos.

Julgo igualmente de toda a conveniencia, darmos desde já alguns passos no sentido de integrar o nosso ensino primario, pela creação de uma classe superior, mais ou menos analoga ao *grammar grade* dos americanos. No actual momento, não poderiamos contar com a frequencia de meninos nesta classe, e mesmo, quanto ás meninas, só as candidatas á Escola Normal teriam grande interesse em seguil-a. Sendo assim, basta que a classe primaria superior funcçione apenas em seis grandes escolas (Rodrigues Alves, Tiradentes, Benjamin Constant, Estacio de Sá, Gonçalves Dias e Riachuelo); que seja intermediaria entre o ensino ministrado no primeiro anno da Escola Normal e o da classe complementar das nossas escolas primarias. As alumnas, approvadas na classe primaria superior, em igualdade de condições com outras nos exames de admissão á Escola Normal, seriam preferidas.

\*\*\*

ESCOLA NORMAL – Já que me refiro a este ultimo estabelecimento de ensino, devo dizer-vos que elle carece de uma remodelação completa. Tenho para mim deve ser elle vasado nos moldes das modernas escolas profissionaes, com um curso de adaptação ou aperfeiçoamento, abrangendo dous annos, e um curso technico propriamente dito, prolongando-se por dous annos, no qual a alumna aprenda a ensinar, se habilite para o exercicio da profissão eleita. Precisamos reduzir o numero de alumnos a 500 no maximo: actualmente a Escola é frequentada por 1.500 alumnos, o que sobremaneira difficulta a sua missão de instruir e educar as futuras professoras.

Não podia ter sido mais feliz a escolha que fizestes do novo director. Joven ainda, activo e operoso, dotado de qualidades raras, servidas por um talento brilhante e uma primorosa cultura, elle se vae desobrigando com amor e entusiasmo da difficil tarefa que me bôa hora lhe confiastes. Dentro em breve espero poder apresentar-vos um plano de reorganização da Escola Normal por elle elaborado.

Com a recente installação da escola de applicação, destinada á pratica escolar das normalistas, podemos corrigir uma grande falta, que de há muito se fazia sentir. Nossa obra, porém, ficou incompleta, porque o regulamento restringe a um numero insignificante as matriculas nessa escola. Ora, ninguem, julgará possivel dar-se pratica escolar proveitosa a centenas de alumnas-mestras em uma escola frequentada apenas por 80 crianças. Caso o Conselho Municipal annua na projectada transferencia da Escola Normal para o edificio onde funciona o Asylo de Mendigos, teremos ahi espaço de sobra para installar uma grande escola de applicação, com jardim da infancia e classe primaria superior, admittindo uma freqüência de 500 crianças. Só esta circumstancia seria bastante para justificar a reforma do Regulamento.

\*\*\*

EDUCAÇÃO DOS ANORMAES – Um outro ponto que tem sido completamente descurado entre nós é relativo á educação das crianças anormaes, não comprehendidas neste numero as idiotas e imbecis, que são, quase por assim dizer, ineducaveis. O numero de crianças retardadas e anormaes não é pequeno; estudos feitos em Bordeaux por uma comissão medica especial demonstraram que 5%, das crianças examinadas apresentavam signaes de atrazo mais ou menos accusados. Do que tenho observado, concluo que cerca de 1% das crianças, que frequentam nossas

escolas, são retardadas. A Lei do ensino manda crear sub-classes especiaes para crianças hygidas e retardadas, dispondo sejam ellas regidas pelos adjunctos de 1ª classe que mais se houverem distinguido. Evidentemente houve equivoco na redacção da lei, porque a palavra *hygido* significa normal, são; em medicina costumamos dizer actividade hygida no sentido de actividade dos orgams em estado de perfeita saude (Littre). Ora, não se póde conceber a reunião na mesma sub-classe de crianças normaes e retardadas.

O ensino destas crianças, feito em classes ou sub-classes, annexas á escola primária, está hoje, mais ou menos condemnado. Na Allemanha, onde elle foi pela primeira vez instituido em 1863, era a principio ministrado em classes *Hilfsklassen* e depois em escolas especiaes *Hilfsschulen*. Com o correr do tempo, porém, as classes foram supprimidas, sendo substituídas por escolas especiaes. Na Suissa as classes vão igualmente desaparecendo e as escolas especiaes augmentando de numero. Em França a lei de 15 e Abril de 1909 creou classes de aperfeiçoamento e escolas autonomas para as crianças anormaes; já mesmo, porém, já se vae reconhecendo a superioridade destas sobre aquellas. Nos paizes, como o Uruguay, que adoptaram, apenas o regimen das classes, o exito foi negativo. Senhora desta experiencia, a Republica Argentina resolveu este anno dar começo a educação dos retardados, creando para isso grandes estabelecimentos especiaes e confiando-os á sábia direcção do eminente professor Domingo Cabred.

Compreende-se bem essa preferencia; o ensino de anormaes é difficil, obedece a methodos e processos mui diversos dos usados nas escolas primarias e exige, por parte do professor, muita paciencia e conhecimentos especiaes que os nossos adjunctos não adquiriram. Numa escola de anormaes, para que os alumnos aproveitem, é mistér que o professor e o medico especialista sejam collaboradores assíduos.

Avalio em mais de quatrocentos o total de crianças retardadas pobres que frequentam ou devem frequentar nossas escolas. Julgo preferivel distribuil-as por quatro ou cinco estabelecimentos especiaes, que só deverão ser installados quando dispuzermos do pessoal docente com a necessaria habilitação. Até lá, será de toda conveniencia subvencionar escolas particulares, dirigidas por medicos, e que se organizem, sob rigorosa obediencia aos preceitos da moderna pedagogia de anormaes. Lembro-vos outrosim a conveniencia de crear-se uma secção para retardados educaveis em escolas profissionaes, onde poderiam tambem ser recebidos e educados, mediante remuneração razoavel, filhos anormaes de pais abastados que, certamente, muito estimaria m encaminhar por esta fôrma o futuro delles.

INFERIORIDADE DA FREQUENCIA MASCULINA – Um facto que vem despertando a atenção de todos quantos se interessam pelo nosso ensino municipal é a inferioridade da frequencia masculina nas escolas primarias. Se estudarmos seus detalhes os boletins de estatistica escolar, veremos que esta frequencia, sensivelmente inferior á feminina nas classes elementares, soffre no curso médio uma grande depressão, que mais se accentúa ainda na classe complementar. No mez de Junho de 1914, por exemplo, a frequencia média total em nossas escolas, foi a seguinte: - Classes elementares: meninos 15.489 ou sejam 47%; meninas 17.236 ou sejam 53%. Curso médio: - meninos 994 ou sejam 29%; meninas 2.410 ou sejam 71%. Curso complementar: - meninos 243 ou sejam 1%; meninas 895 ou 79%. Como explicar taes differenças? Em primeiro lugar, cumpre não esquecer que, como regra geral, em todos os paizes a frequencia de meninas nas classes elementares é maior do que a de meninos, em consequencia da superioridade numerica da população feminina. A differença, porém, não costuma ser tão sensivel como a que demonstram as nossas estatisticas, de onde concluirmos que, entre as crianças que não frequentam a escola no Rio de Janeiro, avultam os meninos. Mas, essa differença que, na classe elementar é de 8% apenas, attinge na classe complementar a cifra de 58%; dá-se, portanto, um verdadeiro exodo de meninos, que, entre 10 e 12 annos, antes de haverem alcançado os cursos médio e complementar, abandonam a escola. Tem-se procurado attribuir esse facto ao numero relativamente pequeno de escolas especiaes para o sexo masculino; tal razão, porém, não procede, porque na maioria destas escolas os cursos médio e complementar não funcçionam ou são mal frequentados. Um exemplo, tirado dentre muitos, prova que a inferioridade da frequencia masculina não é devida á falta de escolas privativas deste sexo: na rua Senador Dantas, proxima uma á outra funcçionam duas escolas, uma masculina e outra mixta; durante o mez passado foi a primeira frequentada por 11 meninos e a 2ª por 92 meninos e 102 meninas. Isto prova que os pais preferem matricular os filhos na escola mixta. A causa precisa de exodo é outra mui diversa; alguns meninos deixam a escola, porque os pais, dispondo de recursos, os encaminham para os collegios e gymnasios; os outros, porque os pais, necessitando o auxilio do magro salario que elles podem ganhar, empregam-n'os na industria ou no commercio.

Não será, portanto, augmentando o numero de escolas masculinas pela conversão das femininas e mixtas, que daremos remedio áquelle mal. Os inconvenientes de uma tal medida resaltam desde logo, e assumiriam mesmo as proporções de erro lastimavel si taes escolas convertidas fossem



providas por professores homens, os quaes, fatalmente e dentro de pouco tempo, viriam engrossar as fileiras do nosso já tão numeroso pessoal addido.

Em tempo, vos fiz ver que os alumnos, que frequentam nossas escolas profissionaes, mal sabem lêr, escrever e contar, havendo abandonado a escola primaria antes de passarem pelo curso médio e complementar. Nessa ocasião, me autorisastes a modificar o curso de adaptação destas escolas, em ordem a que os allumnos pudessem nella completar sua instrucção primaria sem prejuízo da profissional. Eis ahi o meio que se me afigura mais proficuo e efficaz para corrigirmos os males resultantes as inferioridade da frequencia masculina em nossas escolas primarias.

Posuimos actualmente tres typos de escolas primarias de letras: a feminina, a masculina e a mixta; as duas primeiras são, a meu ver, transitorias e devem desaparecer ou se transformar em escolas profissionaes, desde que se normalize a instrucção primaria em nossa cidade. Ainda mesmo que não possamos, tão cedo acolher nos jardins da infancia e classes maternas, todas as crianças menores de 7 annos, a partir desta idade até 12 ou 13 annos, o prazo de tempo é mais do que sufficiente para que, dentro d'elle, ellas concluem o curso primario; e, como a escola mixta recebe crianças de ambos os sexos até 12 annos, ella bastará no futuro, offerecendo-nos as indiscutíveis vantagens da coeducação. As crianças de ambos os sexos que, aos 13 annos, não tenham porventura ultimado a sua instrucção primaria, irão concluil-a nas escolas profissionaes. É nestas escolas que devemos, no futuro installar a classe primaria superior.

O numero de escolas masculinas, regidas por homens, nos Estados Unidos, diminue de anno para anno. Em 1900, elle correspondia a 30% do total das escolas primarias; em 1912, baixou a menos de 20%. Referindo-se a este assumpto escreveu F. Dresslar: *This elimination of men from the public schools has been going on steadily and rapidly since 1880.*” Por toda a parte, em todos os paizes cultos, a tendencia é a mesma: - confiar a educação das crianças exclusivamente á mulher.

\*\*\*

ENSINO PROFISSIONAL – Precisamos dar o maior desenvolvimento possivel ao ensino profissional, garantindo-lhe o caracter elementar ou primario. Já por diversas vezes temos trocado idéas sobre este assumpto, e, em longa entrevista publicada por um diario desta Capital, eu tive occasião de externar o meu modo de pensar sobre este ensino no Rio de

Janeiro, sobre os seus vícios de organização, as causas do seu insucesso e os meios de removê-las.

Eis em resumo as medidas que então suggeri: - 1º restabelecer os internatos nos Institutos João Alfredo e D. Orsina, creando no primeiro mais algumas officinas e um ensino pratico de jardinagem e horticultura, e desenvolvendo no segundo o ensino das artes domesticas; 2º retirar destes dous institutos o cunho de asylos privilegiados, para imprimir-lhes o de verdadeiras escolas profissionais, destinadas a preparar operarios aptos para ganharem a vida, exercendo a profissão escolhida; 3º completar, melhorando, as escolas profissionais existentes, dando-lhes melhor instalação e permittindo que o ensino nellas ministrado evite o systema de especialização para preparar operarios aperfeiçoados, capazes de realizarem o *labour-saving*; 4º crear cursos technicos nocturnos, tendo em vista melhorar e completar a instrução dos nossos operarios, que, em tempo, não frequentaram uma escola profissional; 5º crear diversas escolas technicas, sem officinas, obedecendo mais ou menos ao modelo da escola allemã de aperfeiçoamento industrial, onde os meninos maiores de 13 annos e menores de 18, empregados nas fabricas, officinas particulares, ou na lavoura, possam se instruir, sem prejuizo dos salarios que vencem; 6º crear, na zona rural, uma escola, onde, ao lado do ensino das artes e officios ruraes se ministre o ensino pratico e elementar de agricultura não com o intuito de preparar agronomos ou coisa que os valha, mas para educar e instruir s'mples operarios do campo, trabalhadores ruraes, lavradores, tornando-os aptos para com vantagem e economia amanharem a terra e della tirarem o maximo proveito.

As nossas escolas, dotadas de officinas lutam com difficuldades sem conta creadas pelos processos burocraticos. Ellas precisam adquirir no mercado o material que deverá ser transformado em obras nas suas officinas. O pedido para a aquisição leva, não raro, um mez ou mais tempo ainda, percorrendo os tramites administrativos; as officinas páram constantemente por falta de material e os alumnos são dest'arte lesados na sua aprendizagem. No entretanto, o orçamento consigna as necessárias verbas nas rubricas "materia prima para as officinas e aquisição de material, utensilios, ferramentas, etc." Penso que seria muitissimo mais conveniente substituírmos estas verbas annuaes por uma dotação un'ca, um pequeno capital de giro (20 contos para cada escola masculina e 10 para as femininas) entregue de uma só vez. A escola adquiriria em tempo o material de que carecesse e reconstituiria o seu capital com o producto da venda dos trabalhos realizados.

O systema actual de dar-se ao alumno 60% do producto do trabalho feito, reservando-se 10% para o mestre e 30% para a Prefeitura, me

parece inconveniente. O producto do trabalho deve pertencer á Escola e concorrer para o augmento do seu patrimonio. Desde producto dever-se-há retirar uma parte (20% mais ou menos) para constituir uma caixa em beneficio dos alumnos e destinada a fornecer-lhes vestuario, calçado, merenda e premios.

Para que a escola de aperfeiçoamento, sem officinas, possa dar resultados é mister que o Conselho Municipal vote uma lei obrigando os patrões a concederem aos seus empregados de menos de 18 annos, que seguem os cursos de uma destas escolas, o tempo necessario para frequental-a, sem prejuizo do salario.

Instituidas estas escolas technicas de aperfeiçoamento industrial, grande parte dos meninos, que hoje abandonam a escola primaria para se empregarem em fabricas ou officinas particulares, serão obrigados a frequental-as, melhorando o aprendizado profissional e completando a instrucção primaria. Resta, porém, uma boa parte representada pelos meninos que se empregam no commercio, aos quaes devemos ajuntar os pequenos immigrants portuguezes, hespanhóes, e italianos analphabetos ou mal sabendo ler e escrever, que igualmente se collocam em casas commerciaes. Para este grande grupo da nossa população é mistér crear escolas commerciaes elementares modeladas no mesmo typo das escolas de aperfeiçoamento industrial. Nellas seria completada a instrucção primaria e ministrado um ensino especial de contabilidade mercantil, correspondencia commercial, dactylographia e uma lingua viva.

\*\*\*

ESCOLA NORMAL DE ARTES E OFFICIOS – Como tive occasião de dizer, na entrevista a que alludi, em materia de ensino technico, seja industrial, seja commercial ou agricola, devemos começar pela base, firmar bem os alicerces para que o edificio se mantenha erecto e resistente. É esta condição essencial para que aquelle ensino se desenvolva e fructifique. Ainda mais devemos preparar o terreno, instituindo em todas as nossas escolas primarias um ensino conveniente e bem orientado do desenho e dos trabalhos manuaes apropriados ao sexo e á idade.

Por outro lado, como já tive occasião de dizer, o exito das escolas de aperfeiçoamento depende sobretudo de uma boa escolha dos professores de desenho profissional e de technologia. Não me parece facil encontrar no Rio de Janeiro pessoas habilitadas para estes ensinos especiaes, exigindo aprendizagem que nunca foi feita entre nós. Desde que temos em vista fundar diversas escolas seria summamente dispendioso contractar para todas ellas professores especialistas na Europa ou na America. Accresce que é

bem provavel que o nosso exemplo, desenvolvendo o ensino profissional, seja imitado por muitos Estados do Brasil e d'ahi maior procura de professores.

Acredito que resolveremos satisfactoriamente este problema, creando no Rio de Janeiro uma Escola Normal de artes e officios, destinada a preparar professores para as escolas profissionaes. Será de toda conveniencia que a ella se annexe um curso especial para o ensino do desenho e dos trabalhos manuaes das escolas primarias. Para a Escola Normal de artes e officios poderemos contractar professores aptos que façam aqui bons discipulos. Interessando, porém, esta Escola todo o Brazil, visto como os professores por ella diplomados se espalharão pelos Estados, diffundindo o ensino technico, é justo que o Governo Federal se associe á Prefeitura concorrendo para a fundação e manutenção della. Só assim convirá á Prefeitura este instituto, que, bem organizado e dirigido, prestaria ao nosso paiz serviços de inestimavel valia.

\*\*\*

FUNDO ESCOLAR – Na actual organização do nosso ensino municipal, outras muitas falhas e omissões, além das que vim de apontar poderiam ser assignaladas; para obviar-as, haveria mister reformar a Lei do Ensino, e eu não sei si o Conselho Municipal estaria disposto a modificar uma lei que não tem ainda um anno de vigencia. Mas, os pontos por mim explanados, nesta rapida e summaria exposição, constituem por si sós e no seu conjuncto um vasto programma administrativo, cuja realização representaria inquestionavelmente um dos mais relevantes serviços prestados a esta Capital e ao Brazil inteiro, sobre o qual reflecte tudo quanto de bom ou de máo aqui fizemos.

As medidas suggeridas foram já consagradas pela experiencia em outros paizes; não se trata pois, de novidades a ensaiar, mas de adaptações intelligentes a fazer. Sua oportunidade é indiscutivel, e, a meu ver, só a mingua de recursos financeiros poderia oppôr embaraços á immediata execução dellas. De facto para realiza-las todas, precisaremos despendere sommas que as verbas ordinarias do orçamento não poderão comportar. A Prefeitura consagra annualmente cerca de 10 mil contos ao ensino n'um orçamento de quarenta e dous mil, dos quaes mais de 11 mil contos são destinados a juros e amortizações de dividas. Ella não se acha evidentemente habilitada a fornecer-nos, em curto prazo, as sommas de que necessitamos para a realização d'aquelle programma. Por outro lado, as medidas a que me referi e que constituem este programma, são de natureza urgente e inadiavel; não podem nem devem ficar á mercê de uma execução

morosa e lenta subordinada a pequenas consignações orçamentarias annuaes, obtidas Deus sabe com que sacrificios. Temos, pois, que apellar para recursos extraordinarios, sem os quaes o nosso ensino continuará a ser a vergonha que é, comparado, não direi com os dos Estados Unidos, Allemanha, Suissa, etc., mas com o de Montevidéo, Buenos Aires e Santiago do Chile.

Para a construcção de predios escolares suggeristes a ideia excellente de um emprestimo garantido com os proprios predios e cujo serviço de juros e amortização seria feito dentro da verba destinada a alugueis. Para os outros grandes melhoramentos a introduzir no nosso ensino primário de letras e sobretudo no ensino profissional bem como para ulterior desenvolvimento de ambos, eu vos lembro a creação de um fundo escolar, constituido por um certo numero de contribuições, algumas de caracter permanente e outras transitorias. Estas ultimas, destinadas a reforçar o fundo de garantia do emprestimo, permittiriam fosse este maior e cessariam quando estivesse elle todo amortizado e extincto.

A creação de fundos escolares, ou mais precisamente o lançamento de impostos espec'aes destinados á fundação e custeio de escolas publicas, foi o recurso de que lançaram mão os Estados Unidos, a Inglaterra, a França, a Suissa, a Allemanha, a Republica Argentina e outros paizes, onde a instrucção publica attingio um gráo admiravel de desenvolvimento. Discutindo esta questão na Camara dos Deputados, em 1882, disse o conselheiro Ruy Barbosa, com a autoridade que ninguem entre nós lhe disputa: "Não se percebe motivo plausivel para que não imitemos o exemplo da esclarecida maioria dos Estados modernos, instituindo o fundo escolar, e creando o imposto directo local, consagrado privativamente á sustentação da escolas." "A idéa do estabelecimento de contribuições escolares é uma dessas que não se podem levantar uma vez no parlamento illustrado sem ter certo triumpho".

O Exemplo dos Estados Unidos é neste particular edificante e assombroso. Em 1795 o Parlamento da União, acceitando uma idéa de Jefferson, estabeleceu que a 36ª parte das terras publicas seria propriedade das escolas. Segundo os calculos publicados pelo Presidente da *General Land Office* a somma da dotação territorial das escolas primarias attingiu a 124.323 milhas quadradas, superficie esta maior que a das Ilhas Britannicas. Á medida que se foram construindo, os diversos Estados da União crearam impostos especiaes para o fundo escolar. A constituição da Carolina do Sul (South Carolina), mais ou menos analogo neste ponto a de quasi todos os outros Estados, dispõe em seu Capitulo X, secção 5ª: "A legislatura lançará um imposto annuo em beneficio da dotação escolar, o qual será collectado a mesmo tempo que o imposto ordinario do Estado sobre a propriedade

sujeita a contribuição. Outrosim, para esse effeito lançará um tributo de um dollar por individuo".

Todos os estrangeiros que visitam os Estados Unidos ficam verdadeiramente maravilhados deante do prodigioso desenvolvimento attingido pela instrucção publica nestes ultimos annos, e não sabem o que mais admirar, si a multiplicidade e riqueza das installações materiaes, si os methodos de ensino adoptados, si a orientação geral que preside a este grande serviço. É fóra de duvida que os progressos realizados pelo povo americano, sob qualquer dos pontos de vista citados, são extraordinarios. Devemos convir, entretanto, que tudo isso resultou da semente lançada por Jefferson em 1874. Si ella não houvesse encontrado bom terreno e optimos cultivadores, não veriamos hoje esta arvore colossal (o fundo escolar) a cuja sombra se abriga a organização do ensino americano, que tanto admiramos.

O valor total das propriedades das escolas publicas, comprehendendo predios, museus, bibliothecas, mobiliario, laboratorios, etc. era em 1910 representado pela somma de 967.775.587 dollars, que correspondem, ao cambio actual á fantastica somma de 3.871.102:348\$000.

O rendimento total, proveniente de todas as verbas e destinado ao custeio da instrucção publica em 1910, foi de 403.647.289 dollars, que equivalem, em nossa moeda, a 1.614.589:156\$000.

Este rendimento promana das tres seguintes fontes:

IMPOSTOS LOCAES (*local taxation*), 288.642.500 dollars, ou em nossa moeda 1.154.570:000\$000.

CONTRIBUIÇÃO DOS ESTADOS (*States taxes*), 63.247.359 dollars, que correspondem em réis a 252.989:436\$000.

FUNDO PERMANENTE (*permanent funds and rents*) 13.746.826 dollars, ou 54.897:304\$000.

Commentando estes algarismos, que são de uma eloquencia convincente e referindo-se ao augmento de renda no ultimo decennio, escreve Fletcher Dresslar, chefe de uma secçõesão do Bureau of Education: "Com relação ás rendas das escolas, o facto mais animador é o grande augmento, mais de 90% dos fundos escolares derivados dos impostos locaes. Isso significa que a educação está em grande parte e directamente nas mãos do povo, e que este vae lealmente ao encontro das necessidades della. Os Estados, que ainda receiam conferir ao povo o direito de se taxar (pagar impostos) para sustentar suas escolas, estão fóra da fé democratica".

De volta dos Estados Unidos, onde se demorou alguns annos em commissão do seu Governo, Sarmiento encetou na Republica Argentina a grande campanha pela instrucção publica. Em 1858, o Parlamento mandou applicar na construcção de predios escolares o producto da venda de terrenos pertencentes ao Estado e de propriedades urbanas, inclusive

Palermo. Em 1871, o Estado cedia ao fundo escolar a 8ª parte das terras nacionaes que se alienassem. Em 1875 a Ley de Educacion Commum fixava as seguintes fontes de renda para o custeio das escolas publicas; 1º, imposto de 2 por mil annual sobre o valor da propriedade territorial; 2º, o producto das multas que não tivessem destino especial; 3º, os bens que, por falta de herdeiros, revertam para o fisco; 4º, cinco por cento sobre toda successão entre parentes collateraes, com excepção dos irmãos; 5º, dez por cento de toda a herança ou legado entre extranhos; 6º, cincoenta por cento de toda a instituição em favor da alma ou de estabelecimentos religiosos. Esta lei obriga as municipalidades a dispenderem, *no minimo*, 15 por cento dos productos de todas as suas rendas com a instrucção publica.

A questão do fundo escolar não passou despercebida nos nossos estadistas do Imperio; infelizmente, outros assumptos de mais palpitante actualidade, como a abolição da escravidão, empolgaram a atenção dos nossos legisladores, não permitindo tivessem seguimento os projectos sobre a instrucção publica. Em 1874 o Ministro João Alfredo apresentou um projecto instituindo um fundo escolar municipal, destinado a crear e manter escolas profissionaes. Esse fundo era constituido, entre outras, pelas seguintes contribuições: 1º, de 1\$000 a 5\$000 a que ficariam sujeitas annualmente e conforme as suas posses, todas as pessoas que vivessem de seu trabalho ou de suas rendas; 2º, uma porcentagem sobre o producto dos impostos geraes, que seria fixada annualmente na lei do orçamento, não excedendo esta porcentagem a 30 contos por municipio.

O projecto do Ministro Rodolpho Dantas, modificado pela comissão de Instrucção Publica da Camara dos Deputados, da qual foi Relator o Conselheiro Ruy Barbosa, estabelecia um fundo escolar, constituido por diversas contribuições, entre as quaes se destacavam as seguintes: 1º, a decima parte do producto da venda das terras devolutas nacionaes; 2º, a decima parte do fôro cobrado sobre os terrenos nacionaes que se achassem sob emphyteuse; 3º, a terça parte do producto das heranças vagas; 4º, dez por cento sobre toda a successão testamentaria entre extranhos, que passasse de cinco contos de réis; 5º, a decima parte das terras nacionaes que se medissem, por acto do Governo, deliberado espontaneamente, ou a requerimento dos municipios ou das Provincias; 6º, cinco por cento sobre a renda dos bens das corporações de mão morta, que se não empregassem em estabelecimentos de instrucção ou beneficencia; 7º, uma capitação de 2\$000 por contribuinte, annualmente, na Côrte e capitaes das Provincias, e 1\$000 nas outras cidades e povoações.

É realmente de lamentar que este projecto não houvesse sido adoptado; bastava a dotação de origem territorial, por elle consagrada em favor das escolas, e que hoje não poderemos mais reproduzir, para assegurar

á nossa instrução publica, desde ha muito, um gráo de desenvolvimento e prosperidade que tão cedo lhe será dado attingir.

Em 5 de Maio de 1897 foi sancionada uma lei votada pelo Conselho Municipal desta cidade, creando o fundo escolar e dando applicação á sua receita. Esta era constituída pelas seguintes verbas: 1º, taxas de matriculas na Escola Normal e Instituto Commercial; 2º, imposto de 10\$000 por menor analphabeto, empregado em estabelecimentos industriaes, fabris e commerciaes; 3º, imposto annual de 2:000\$000 pagos pelas fabricas, em cujo contracto figurasse a obrigação de manterem escolas primarias; 4º, cinco por cento do producto liquido da porcentagem das apostas, nos frontões, velodromos, boliches, pantheons e seu congenes; 5º, imposto de exportação cobrado por caixa de kerozene, velas de estearina e parafina; 6º, imposto de exportação sobre parallelipipedos, ferro e outros mataes.

Creio que esta lei não foi executada; pelo menos della a instrução publica não retirou ainda o menor proveito.

O fundo escolar, cuja criação eu vos lembro, será constituído por 21 contribuições, das quaes 7 transitorias e 14 permanentes. As primeiras ficarão exclusivamente reservadas para o serviço de juros e amortização do emprestimo, que a Lei autoriza o Prefeito a contrahir, não sendo mais cobrado os impostos destinados a esse effeito, uma vez amortizado e extinto o emprestimo. Entre as contribuições de character transitorio, destacarei duas, que, á primeira vista, poderiam causar extranheza; são “6ª” - cinco por cento deduzidos dos vencimentos do pessoal inactivo da Prefeitura (addidos e aposentados)” e “9ª” - O producto da captação estabelecida no § 2º”.

Como não ignorais, o nosso pessoal inactivo é avultado; com elle despende a Prefeitura 2.000 contos por anno.

Os addidos percebem vencimentos integraes e alguns mesmo, de quando em quando, reclamam gratificações addicionaes, a que se julgam com direitos; não produzem trabalho de especie alguma; não estão sujeitos ao ponto e ao desconto das faltas. Ao passo que o funcionario effectivo, que trabalha diariamente, soffre perda de vencimentos, quando adoece ou é forçado por outro motivo a faltar ao serviço, o addido, privilegiado, recebe sempre vencimentos integraes.

Ora, isso é uma injustiça clamorosa: e desde que temos de lançar mão de recursos extraordinarios, para vir em auxilio da instrução publica, justo é que concorram, com uma insignificante parcella dos seus vencimentos, aquelles funcionarios que já não trabalham e se acham livres dos rigores do ponto.



O imposto de capitação será de 2\$000 por contribu'nte e recahirá em todos os individuos varões, residentes no Districto Federal, nacionaes ou estrangeiros maiores de 21 annos, que exercerem profissão ou emprego, ou viverem de suas rendas.

Este imposto, adoptado por muitos paizes cultos em proveito da instrucção, figurava nos projectos João Alfredo e Ruy Barbosa.

Na Suecia, *todos os habitantes* de 18 a 60 annos são adstrictos ao imposto de 40 ares cada homem e 20 ares cada mulher, arrecadados pelos agentes do Governo e entregues á autoridade parochial em beneficio do ensino popular.

Nos Estados Unidos o imposto directo constitue uma das principaes fontes de renda do fundo escolar. Os americanos adoptam os dous lemmas seguintes, que fazem inscrever nas paredes das suas escolas: - "*The school tax 's the best tax* (o imposto escolar é o melhor dos impostos), e "*Education is the strength of the Republic* (a educação é a força da Republica).

"A grande Confederação da America do Norte, escreve Ruy Barbosa, deve em grandissima parte a energia da sua civilização, a celebridade dos seus progressos, a estab'cidade das suas instituições á seriedade crescente, com que procura executar o grande principio da contribuição directa da massa popular para as despesas da instrucção publica.

Nos Estados Unidos a capitação é feita sob a fórmula de imposto eleitoral (*poll-tax*); nenhum eleitor (e lá são eleitores todos os varões maiores de 21 annos) poderá votar sem exhibir recibo do pagamento annual de 1 a 2 dollares em beneficio das escolas. Si duas eleições occorrerem no mesmo anno, o recibo de uma serve para a outra. No Brasil, esta fórmula de capitação seria a melhor para ser adoptada pelos Estados, e teria a vantagem, além dos beneficios gozados pela instrucção publica de moralizar um pouquinho as nossas já famosas eleições. Para o Districto Federal ella não convém, por que o numero de eleitores é ridiculo em attenção á população alistavel e o dos que votam ainda mais insignificante.

Estabelecida a capitação pelo modo por que indico, o respectivo imposto de 2\$000 poderá ser cobrado dos funcçionarios publicos federaes e municipaes nas folhas de pagamento, por meio de um desconto mensal de duzentos réis. Systema mais ou menos identico poderá ser adoptado nas fabricas, estabelecimentos commerciaes, hoteis, etc.

As 14 consignações permanentes a que me referi constituirão um fundo especial, destinado ao desenvolvimento e melhoramento do ensino primario de letras e do profissional, á acquisição de mobiliario e do material escolar, de livros e objectos de expediente para as escolas, á

distr'bução de premios e subvenção ás caixas escolares. Entre aquellas consignações figuram as seguintes:

11.<sup>a</sup> - O adicional de dez por cento computado sobre as licenças pagas pelos livreiros e proprietarios de jornaes, revistas ou periódicos". Ninguem mais lucrará com a extinção do analphabetismo do que o livreiro ou o proprietario de jornal; é justo que elles tragam o seu pequeno concurso a esta cruzada em que nos achamos todos empenhados.

15.<sup>a</sup> - O imposto annual de quinhentos mil réis, com que serão taxadas as fabricas, officinas e estabelecimentos commerciaes que tiverem mais de 300 empregados. Desde que se tem em vista desenvolver o ensino profissional e commercial, com o que certamente muito lucrarão a nossa industria e commercio. É justo que as grandes casas commerciaes e fabricas auxiliem o fundo escolar.

14.<sup>a</sup> - A quota de trinta mil réis em que será taxado anualmente todo o analphabeto menor de 18 annos, cujos serviços sejam utilizados em fabricas, officinas, estabelecimentos commerciaes ou casas particulares. Devendo este tributo ser pago pelo patrão ou alugador, o meu intuito, creando-o, não foi obter renda para o fundo escolar e sim estabelecer uma verdadeira *boycottage* em torno dos menores analphabetos de maneira a coagil-os a procurar a escola.

"12.<sup>a</sup> - O adicional de um por cento calculado sobre os impostos predial e territorial, cobrado dos respectivos proprietarios."

Á primeira vista parece que esta taxa vem agravar a situação dos proprietarios de predios e terrenos do Districto Federal: attenda-se, porém, á circumstancia que o que delles se exige é uma contribuição pequenissima, apenas mais um por cento daquillo que pagam actualmente. Em todos os paizes, em que existe um fundo escolar, e são justamente aquelles em que a instrucção publica adquiriu maior desenvolvimento, concorre como principal fonte deste fundo o imposto sobre a propriedade. "*La regla es que la propiedad sostenga la educacion*", escrevia Sarmiento, o grande reformador do ensino da Republica Argentina. "*Taxe-se a propriedade, contribuindo cada proprietário para a educação do povo*", dizia no parlamento inglez Rich Cobden, *leader* do partido liberal, e accrescentava: *estou firmemente convencido de que o dinheiro não póde ter melhor emprego.*" Commentando uns conceitos de H. Greeley, escreveu o Conselheiro Ruy Barbosa: "Não ha impostos contra os quaes menos assista á propriedade e o direito de queixar-se, do que os consagrados á escola. Elles não constituem uma finta á propriedade, mas uma economia, que se capitaliza a juros compostos, um emprestimo que lhe será restituído no centuplo."

---

No projecto, que me incumbistes de redigir, e que tenho a honra de submeter hoje á vossa esclarecida apreciação, vêm consignados outros assumptos aos quaes não me refiro nesta exposição, para não alongal-a mais. Entre elles figuram: a creação de um conselho superior de instrucção, com funcções mui diversas daquellas que eram attribuidas ao que em tempo existiu e foi extinto; a creação de conselhos districtaes; a instituição de premios e bolsas de estudos; a creação de um lugar de inspector para as escolas profissionaes, etc.

Estou firmemente convencido que as idéas, consagradas neste projecto, e com as quaes mais de uma vez vos manifestastes de inteiro accôrdo, vão merecer do Conselho Municipal uma benevola acolhida. Com a boa vontade e interesse, que sempre manifestavam pelas cousas do ensino, com o conhecimento que dellas têm e a pratica de legislar, os membros do Conselho devem acolher com sympathia as nossas indicações, estudal-as, modifical-as para melhor, dando-lhes a fórma de projecto definitivo para ser convertido em lei.

E esta, uma vez sancionada, ha de assignalar uma nova éra auspiciosa e feliz para a nossa instrucção publica municipal.

Saudações.

A. A. DE AZEVEDO SODRÉ

Director Geral de Instrucção Publica

---

## **PROJECTO CREANDO O FUNDO ESCOLAR E DANDO OUTRAS PROVIDENCIAS SOBRE O ENSINO**

Art. 1º Fica estabelecido o Fundo Escolar para ser applicado ao desenvolvimento da instrucção publica no Districto Federal.

§ 1º Este fundo será constituído pelos seguintes recursos:

1º A quota de mil contos de réis (1.000:000\$000) consignada no orçamento da despeza da Prefeitura para o aluguel de predios escolares;

2º As sobras que, em cada exercicio, deixarem as differentes verbas do orçamento da despeza da Prefeitura;

3º O producto das multas que não tiverem destino especial;

4º Dez por cento (10%) deduzido do foro cobrado sobre os terrenos que se acharem sob emphyteuse;

5º Dous por cento (2%) deduzidos dos laudemios relativos aos mesmos terrenos;

6º Cinco por cento (5%) deduzidos dos vencimentos do pessoal inactivo da Prefeitura (addidos a aposentados);

7º Os vencimentos que, em virtude de licença ou faltas, deixarem de perceber os funcionarios da Directoria de Instrucção Municipal;

8º Cinco por cento (5%), accrescidos ás licenças pagas pelos estabelecimentos commerciaes que venderem a retalho bebidas alcoólicas, cigarros, charutos e fumos;

9º Cinco por cento (5%) sobre toda a successão testamentária de pessoa fallecida ou moradora no Districto Federal desde que exceda de cinco contos de réis (5:000\$000) e se faça entre extranhos ou entre parentes collateraes, não sendo irmãos do succedido;

10º O producto da capitação estabelecida no § 2º.

11º O valor dos donativos e legados feitos á Prefeitura para a instrucção publica;

12º O adicional de dez por cento (10%) computado sobre as licenças pagas pelos mercadores de livros novos e usados, pelas agencias de assignaturas de jornaes nacionaes e estrangeiros e pelos empregarios ou proprietarios de jornaes, revistas ou periodicos, com ou sem officina de obras;

13º O adicional de um por cento (1%) calculado sobre os impostos predial e territorial, cobrado dos respectivos proprietários;

14º As quotas de duzentos e cinquenta contos de réis (250:000\$000) e de cento e cinquenta contos de réis (150:000\$000), consignadas no orçamento da despesa da Prefeitura, para expediente das escolas, material escolar e livros, accrescidas dos supprimentos votados pelo Conselho Municipal no corrente exercicio;

15º A quota de trinta mil réis (30\$000) em que será taxado annualmente todo analphabeto menor de dezoito annos, cujos serviços sejam utilizados em fabricas, officinas, estabelecimentos commerciaes ou casas particulares;

16º O imposto annual de quinhentos mil réis (500\$000) com que serão taxadas as fabricas, officinas e estabelecimentos commerciaes que tiveram mais de trezentos (300) empregados;

17º O imposto de duzentos (200) réis por lata de kerozene ou gazolina, quando exportadas do Districto Federal por via martitima ou terrestre;

18º As taxas de matricula, de exames e de diploma pagos pelos alumnos da Escola Normal;

19º As contribuições pagas pelos alumnos da classe especial a que se refere o art. 7º;

20º O producto dos trabalhos realizados pelos alumnos dos Institutos e Escolas Profissionais;

21º O producto das multas creadas na presente lei.

§ 2º Fica estabelecida uma capitação annual, exclusivamente applicavel ao fim a que se destina o Fundo Escolar creado neste artigo.

Este imposto será de dous mil réis (2\$000) por contribuinte e recahirá em todos os individuos varões, residentes no Districto Federal, nacionaes ou estrangeiros, maiores de 21 annos, que exercerem profissão ou emprego, ou viverem de suas rendas;

O Prefeito, em regulamento, estabelecerá o modo mais facil e summario para a arrecadação desse imposto, que dos funcionarios municipaes poderá ser cobrado, nas folhas de pagamento, mediante o desconto mensal de duzentos (200) réis;

Igual processo de arrecadação poderá ser applicado nas fabricas, quarteis ou outros estabelecimentos collectivos, desde que haja um responsável pela fiel execução da cobrança.

§ 3º Fica creado o imposto annual de trinta mil réis (30\$000) por analphabeto menor de dezoito annos de idade.

Este imposto será pago pelos proprietários ou directores de fabricas, estabelecimentos commerciaes ou agrícolas, e pelos particulares que se utilizarem dos serviços dos referidos menores;

Deixará de ser cobrado logo que o menor prove frequentar uma escola primaria, diurna ou nocturna. O patrão do menor deverá exigir que elle lhe apresente, no fim de cada semana, um attestado da frequência da escola diurna ou nocturna;

Os guardas escolares serão obrigados a enviar mensalmente á Directoria de Instrucção Publica uma relação dos menores nas condições deste paragrapho, existentes nas duas circumscripções.

§ 4º Fica creado o imposto annual de quinhentos mil réis (500\$000), que recahirá sobre as fabricas, officinas, empresas ou estabelecimentos commerciaes que tiveram a seu serviço mais de trezentos (300) empregados.

Este imposto poderá ser cobrado em duas prestações semestrais;

As fabricas em cujo contracto figura a obrigação de manterem escolas primarias ficarão isentas deste onus, pagando o imposto a que se refere este paragrapho.

§ 5º Ficam instituídas as taxas de trinta mil réis (30\$000) para a matricula, de trinta mil réis (30\$000) para exames, e de cincoenta mil réis (50\$000) para diplomas dos alumnos da Escola Normal. Os candidatos a exame de admissão pagarão a taxa de trinta mil réis (30\$000).

Art. 2º As consignações constantes dos sete (7) primeiros numeros do art. 1º são destinadas unica e exclusivamente á construcção, remodelação e aluguel de predios escolares.

§ 1º Fica o Prefeito autorizado a contrahir, dentro ou fora do paiz, um emprestimo especial, destinado tão somente á construcção de predios apropriados para escolas e profissionaes.

§ 2º Para garantia desse emprestimo e respectivo serviço de juros e amortização, ficarão exclusivamente reservadas as consignações constantes dos sete (7) primeiros números do art. 1º.

§ 3º Uma vez amortizado o emprestimo, não serão mais cobrados os impostos que, pela presente lei, são destinados a esse effeito.

Art. 3º As consignações constantes dos ultimos quatorze (14) numeros do art. 1º constituirão um fundo, especial, destinado ao desenvolvimento e melhorante do ensino primário de lettras e profissional, á aquisição de mobiliario e material escolar, de livros e objectos de expediente para as escolas, á distribuição de premios e subvenção ás caixas escolares.

§ 1º A receita produzida pelas consignações a que se refere este artigo será recolhida aos cofres da Prefeitura, onde ficará á disposição da Directoria Geral da Instrucção Publica.

§ 2º O fundo especial de que trata o presente artigo será administrado por um Conselho de doze membros, escolhidos livremente pelo Prefeito, entre as pessoas gradas do Districto, sob a presidência do Director Geral de Instrucção Publica.

A escolha de um dos membros do Conselho deve recahir em um funcionario da Directoria da Fazenda Municipal;

A função do Conselho Superior de Instrucção Publica Municipal é gratuita e os seus membros não perceberão vencimento algum.

§ 3º Nenhuma despesa poderá ser feita sem a autorização do Conselho, que resolverá sempre por maioria de votos dos presentes.

§ 4º O Director Geral de Instrucção Publica poderá recorrer de qualquer deliberação do Conselho para o Prefeito, que resolverá em ultima instancia.

§ 5º Será designado um funcionario da Directoria Geral de Instrucção Publica para servir de secretario do Conselho.

§ 6º Far-se-há na Directoria Geral de Instrucção Publica uma escripturação especial e discriminada da receita e despesa concernentes ao fundo escolar de que trata este artigo.

Art. 4º Ficam instituidas vinte e uma (21) caixas escolares, sendo uma para cada districto, destinadas a promoverem e facilitarem a frequencia das escolas.

§ 1º Compete á Caixa Escolar:

Procurar conhecer quaes as crianças do districto que não frequentam a escola e remover os motivos que as privam da necessaria instrucção;

Distribuir vestuário, calçado e merenda ás crianças indigentes do districto;

Desenvolver nas crianças o espirito de economia, recolhendo aos poucos as pequenas quantias que ellas possuam para lhes restituir com os juros accrescidos;

Promover a collocação das crianças debeis e enfraquecidas, em casas de familias residentes nas localidades escolhidas para as colonias de férias e segundo o typo familiar destas colonias a que se refere o art. 6º;

Promover para os alumnos das classes média e complementar passeios instructivos nos parques, jardins, museus, etc. fornecendo a conducção;

Promover a criação e educação da legião dos bandeirantes escolares (boys-scouts);

Fornecer premios para serem distribuidos ás crianças das escolas primarias que mais de distinguirem no comportamento e nos estudos.

§ 2º A receita da Caixa Escolar será constituida:

Pela subvenção annual que lhe for concedida pelo Fundo Escolar;

Pelos donativos e legados;

Pela contribuição dos socios;

Pelos lucros provenientes de festas realizadas em beneficio da Caixa.

§ 3º A Caixa Escolar será dirigida por um Conselho Districtal composto de dez (10) membros, dos quaes cinco (5) nomeados livremente pelo Prefeito e os outros cinco (5) eleitos annualmente pelos socios da Caixa.

Esse Conselho será presidido pelo Inspector Escolar, que designará um professor ou professora para servir de Secretario e fazer a escripturação;

O Conselho designará um de seus membros para servir de Tesoureiro e outro para Vice-Presidente;

Em cada escola, o Conselho terá um Delegado ou Delegada, que deverá ser de preferencia o professor ou professora, caso faça parte da Caixa, como socio contribuinte.

O Delegado prestará informações ao Conselho sobre as necessidades das crianças que frequentam a escola; receberá as pequenas quantias entregues pelos alumnos, dando-lhes uma caderneta na qual se assignalem os depósitos e as retiradas, e fará executar na escola as

determinações do Conselho, desde que a ellas não se opponham as leis vigentes e o Director de Instrucção Publica;

No fim de cada anno lectivo, os Conselhos Districtaes prestarão contas na Directoria Geral de Instrucção Publica, da gestão das respectivas Caixas.

Art. 5º O anno lectivo, nas escolas primarias diurnas, começará a 15 de Fevereiro e terminará a 15 de Dezembro.

§ 1º Para as escolas e profissionais, o anno lectivo começará a 15 de Janeiro e terminará a 15 de Dezembro.

§ 2º Em um dia de semana, previamente designado pelo Director Geral de Instrucção, as aulas não funcçionarão nos edificios escolares. Esse dia será destinado a lavagem e asseio do prédio e suas dependencias, aos passeios dos alumnos, acompanhados pelos respectivos mestres, nos jardins, parques, museus, etc., aos exercicios dos bandeirantes escolares (boys-scouts).

Art. 6º Fica o Prefeito autorizado a crear e manter dentro ou fóra do Districto Federal, em locaes apropriados, uma ou mais colonias de férias, destinadas a acolher e educar, durante o prazo de um a dous mezes, crianças debeis, enfraquecidas, convalescentes ou predispostas, escolhidas entre as que freqüentem as escolas primarias.

§ 1º Sendo a colonia de férias uma obra de preservação social e não um sanatório, tendo por fim augmentar a robustez e o vigor physico dos seus hospedes não poderá receber crianças doentes, e muito menos soffrendo de doença contagiosa.

§ 2º A escolha dos colonos será feita pelo medico escolar, e, na falta deste, por medicos designados pelo Prefeito.

§ 3º Afim de que possam ser bem apreciados os resultados colhidos, organizar-se-há, para cada criança no momento da partida, uma ficha medica, contendo, além do peso e medidas da estatura, circumferencia thoracica e abdominal, outros dados concernentes ao seu physico.

§ 4º Enquanto não existirem colonias de férias em numero sufficiente, poderá ser utilizado o typo *familiar*, collocando-se as crianças, por grupos de três a quatro, no maximo, em casas de familias residentes nos lugares préviamente escolhidos, comtanto que essas casas tenham jardins e seus habitantes offereçam as necessárias garantias e disponham das qualidades precisas para o exito da tarefa.

§ 5º De accôrdo com o fim a que se destinam, e tendo em vista as condições climatericas do nosso paiz, as colonias de férias instituidas por esta lei, funcçionarão todo o anno, revezando-se nellas as turmas de colonos.



Art. 7º Fica o Prefeito, autorizado a crear uma ou mais escolas primarias para ensino exclusivo das crianças retardadas e anormaes, em condições de poderem ainda retirar deste ensino.

§ 1º Estas escolas só serão installadas quando a Directoria de Instrucção dispuzer de pessoal docente sufficientemente preparado para tal mister.

§ 2º Enquanto não se installarem taes escolas, poderá o Prefeito subvencionar escolas particulares, montadas e dirigidas de accôrdo com as exigencias da moderna pedagogia de atrasados e anormaes, que preencham todas as condições technicas, que satisfaçam os preceitos de hygiene escolar e que se proponham a receber e educar gratuitamente crianças pobres.

A subvenção a estas escolas deverá varias conforme o numero de crianças pobres por ellas recebidas, sendo de quinze contos de réis (15:000\$000) até vinte (20) crianças e de quatrocentos mil réis (400\$000) para cada criança que exceder de vinte (20).

Nenhuma dessas escolas particulares poderá receber a subvenção sem que o medico escolar informe favoravelmente e sem que o Director Geral de Instrucção, por si ou por pessoa de sua confiança, verifique o regular e proveitoso funccionamento do ensino nellas ministrado;

O pedido para a admissão de uma criança pobre nas escolas de retardados deverá ser feito pelo Conselho Escolar Districtal, e só poderá ser encaminhado após o exame medico.

Art. 8º Fica creada em cinco (5) grandes escolas designadas pelo Director de Instrucção Publica, uma classe primaria superior, intermediaria entre a classe complementar e o ensino que se ministra no 1º anno da Escola Normal. O ensino desta classe será feito por adjuntos, e o respectivo programa organizado previamente pelo Director Geral de Instrucção Publica.

Art. 9º A Directoria Geral de Instrucção distribuirá annualmente premios a alumnos que hajam frequentado os Institutos e Escolas Profissionaes.

§ 1º Estes premios consistirão em uma caderneta da Caixa Econômica, na qual seja consignado, em nome do alumno, o deposito da quantia de cincoenta mil réis (50\$000).

§ 2º Será concedido um premio ao alumno de cada officina, e serão reservados para cada estabelecimento, dous premios destinados aos dous alumnos que, durante o anno, hajam revelado maior assiduidade e melhor comportamento.

Art. 10 Os Institutos Profissionaes João Alfredo e D. Orsina da Fonseca voltarão a funcionar sob o regimen de internatos, destinados a dar

educação e instrução profissional ás crianças desvalidas de ambos os sexos.

§ 1º Em cada um desses Institutos será creada uma secção para retardados e anormaes, que não possam tirar proveito do ensino ministrado nos externatos, mas que sejam ainda susceptíveis de educação profissional.

Nesta secção poderão ser admittidos alumnos contribuintes, mediante pagamento de uma pensão semestral de quinhentos mil réis (500\$000), cobrada antecipadamente;

Os contribuintes terão dormitorio e refeitório separados, mas nos recreios, aulas e trabalhos, ficarão ao lado dos gratuitos, vestindo o mesmo uniforme e sujeitos á mesma disciplina.

§ 2º O Instituto João Alfredo não admittirá meninos pobres menores de onze annos, nem maiores de quinze. Nenhum menino poderá permanecer no Instituto mais de seis (6) annos e, igualmente, depois de haver completado dezoito annos de idade. Os meninos, maiores de dezessete annos, que tenham completado a sua instrução na profissão escolhida, serão desligados do Instituto, que lhes dará um certificado de aptidão e comportamento.

§ 3º O Instituto D. Orsina admittirá meninas pobres entre nove (9) e quatorze (14) annos. Nenhuma menina poderá permanecer neste Instituto mais de nove (9) annos e igualmente depois de haver completado dezoito annos de idade serão desligadas do Instituto, que lhes dará um attestado de conducta e aproveitamento na profissão escolhida.

§ 4º Destinados á assistencia, educação e instrução de crianças desvalidas, os dous Institutos, excepção feita da secção dos retardados, só poderão receber crianças desamparadas, de preferencia as que lhes forem enviadas pela Casa de S. José e em seguida as orphãs de pai e mãe, as de pai e aquelas cujos pais sejam inválidos ou interdictos;

Sendo o principal escopo destes estabelecimentos preparar operarios sãos, bem educados e instruídos, sua organização e regimen interno devem obedecer precisamente a esse fim, para que os alumnos não se sintam mais tarde deslocados no meio social onde tem de viver e trabalhar;

Em ambos os Institutos, poderá ser permitida a matricula de alumnos externos, em uma ou mais officinas, quando dahi não resultar perturbação da ordem ou disciplina.

Art. 11 Fica transferida para a Directoria Geral de Instrução Publica a Casa de S. José, que será transformada em escola primaria mixta, com jardim da infancia, sob o regimen de internato.

§ 1º Nesta escola serão admittidos meninos de quatro a oito annos de idade e meninas de quatro a sete annos;

As meninas, desde que completem nove annos, serão desligadas e transferidas para o Instituto D. Orsina;

Para o Instituto João Alfredo serão transferidos os meninos que tenham completado onze annos de idade;

O Director Geral de Instrucção, por proposta do Director da Casa de S. José, poderá prorrogar por mais um anno a permanencia na escola de meninas e meninos, que não tenham grande desenvolvimento physico e cujo comportamento haja sido sempre exemplar;

No regimen escolar, haverá separação completa dos sexos nos dormitorios e recreios.

§ 2º Destinada a prestar assistencia e dar educação e instrucção ás crianças desvalidas do Districto Federal, a escola só receberá crianças que preencham rigorosamente os fins a que ella se destina.

§ 3º Não será admittida na Casa de S. José criança alguma cuja mãe resida fóra do Districto Federal, tão pouco criança alguma que não tenha, pelo menos, um anno de residencia provada no Districto.

Art. 12 Fica creado o lugar de Inspector do Ensino Technico Profissional, cuja nomeação, feita pelo Prefeito, deverá recahir em pessoa que tenha revelado conhecimentos especiaes e gosto por este ensino.

§ 1º O Inspector do Ensino Technico Profissional terá vencimentos iguaes aos dos Inspectores Escolares, ficando sob sua alçada todos os estabelecimentos de ensino profissional, que deverão por elle ser freqüentemente visitados e fiscalizados.

§ 2º O Director Geral de Instrucção Publica organizará as instrucções que devem regular o serviço de fiscalização feito pelo Inspector do Ensino Technico Profissional.

Art. 13 Ficam creados quinze lugares de guardas-escolares, que serão designados em commissão pelo Director Geral de Instrucção Publica, percebendo cada um a gratificação mensal de duzentos e cincoenta mil réis (250\$000).

§ 1º Os guarda-escolares servirão nas circumscrições que lhes forem designadas pelo Director Geral de Instrucção Publica.

Cumpre-lhes:

Visitar todas as habitações, afim de se informarem sobre o numero de crianças em condições de freqüentarem a escola;

b) Organizar mensalmente duas relações com referencia ás ruas que forem por elles visitadas do decurso do mez. Uma das relações, comprehendendo, com as respectivas residências, os nomes de todas as crianças que não freqüentam a escola, será enviada ao Conselho Districtal, por intermedio do Inspector Escolar. A outra, abrangendo todos as crianças

que aprendem em casa ou freqüentam cursos particulares, será remetida á Secção de Estatística da Directoria Geral de Instrucção;

c) Solicitar dos cathedricos e directores de escolas os nomes e residencias das crianças que faltam systematicamente; visitar os respectivos pais, aconselhal-os, indagando ao mesmo tempo os motivos que justificam a ausência dos menores na escola.

d) organizar uma relação dos menores de dezoito annos, analphabetos, cujos serviços sejam aproveitados em fabricas, officinas, estabelecimentos commerciaes ou agrícolas e casas particulares;

e) Levar ao conhecimento da Directoria de Instrucção os nomes das pessoas que infringem o disposto nos arts. 14 e 15 da presente lei, afim de lhes ser imposta a respectiva multa.

§ 2.º Os directores ou gerentes de fabricas, os donos ou patrões de officinas, os chefes das casas commerciaes, os encarregados das habitações collectivas e os inquilinos de casas particulares, são obrigados a fornecer ao guarda escolar as informações que este solicitar sobre o numero dos menores que trabalham ou residem no local por elle visitado, sobre si freqüentam ou não uma escola e qual o grão de instrucção dos mesmos. Os que se recusarem a prestar as informações pedidas ou derem informações errôneas e falsas são passíveis da multa de cinquenta mil réis (50\$000) a cem mil réis (100\$000) e do dobro em caso de reincidência.

Art. 14. Nenhuma criança menor de doze annos poderá ser empregada em fabrica, officina, escriptorio, armazém, casa commercial e emprego de qualquer natureza, sob pena de multa de cem mil réis (100\$000), que recahirá sobre o patrão e do dobro em caso de reincidência.

§ 1.º A mesma prohibição se estende as crianças menores de doze annos empregadas em serviços domesticos; o patrão ou patroa que dellas se utilizar pagará a multa de cinquenta mil réis (50\$000) e o dobro em caso de reincidência.

Art. 15. Os directores ou gerentes de fabricas, os donos ou patrões de officinas particulares e de estabelecimentos commerciaes são obrigados a consentir que os seus aprendizes, operarios ou caixeiros, menores de dezoito annos, freqüentem, sem redução do respectivo salario, a escola profissional ou commercial, desde que funcçione a uma distancia menor de seiscentos (600) metros da fabrica, officina ou casa commercial.

§ 1.º A Directoria de Instrucção Publica Municipal marcará o tempo de freqüência, que não excederá de uma hora diariamente, ou de duas horas tres vezes por semana.

§ 2º Os guardas escolares distribuirão por todas as officinas particulares, casas de commercio e fabricas, existentes na vizinhança de

uma escola technica, um boletim contendo noticia clara do disposto neste artigo.

§ 3º Os patrões, directores ou gerentes que mantiverem em seus estabelecimentos operários, caixeiros ou aprendizes menores de dezoito annos, que não tenham frequentado nem frequentem uma escola profissional, pagarão uma multa de duzentos mil réis (200\$000), que será cobrada summariamente.

§ 4º Ficarão isentos desta multa quando a escola mais proxima funcconar a uma distancia maior de seiscentos (600) metros da officina ou fabrica.

Art. 16. Fica o Prefeito autorizado a instituir nas escolas profissionaes já existentes ou em novas escolas especialmente creadas para o fim que visa este artigo, um ensino technico elementar, destinado ás pessoas de ambos os sexos, menores de dezoito annos e maiores de treze, que sigam a carreira do commercio.

§ 1º O plano de estudos nestes cursos ou nestas escolas deve abranger as seguintes disciplinas: portuguez, intrucção civica, calligraphia e correspondencia commercial, dachtylographia, escripturação mercantil e uma lingua viva á escolha do alumno.

§ 2º Aos alumnos que não tenham em tempo completado a instrucção primaria sera ministrado o ensino das materias constantes no plano de estudos das escolas primarias nas classes media e complementar.

§ 3º A Prefeitura instituirá trinta bolsas de estudos, no valor de um conto e duzentos mil réis (1:200\$000) cada uma, para serem distribuidas pelos alumnos destes cursos ou escolas que mais se distinguirem pela assiduidade e aproveitamento.

§ 4º Os alunmos premiados com as bolsas a que se refere o paragrapho precedente deverão prosseguir os seus estudos na escolas superiores de commercio desta Capital, durante o prazo de tres annos.

§ 5º O pagamento da quota relativa a cada bolsa será feito em doze prestações iguaes de cem mil réis (100\$000) cada uma, entregues ao alumno no começo de cada trimestre.

§ 6º A partir da segunda prestação, nenhum pagamento será feito sem que o alumno prove, com um certificado expedido pela Academia ou escola superior de commercio, que está matriculado e que tem frequentado a mesma escola com assiduidade e aproveitamento.

Art. 17 Fica o Prefeito autorizado a entrar em accôrdo com o Governo Federal, para a criação e manutenção de uma Escola Normal de Artes e Officios, destinada a preparar professores, mestres e contra-mestres para as escolas profissionaes do districto Federal e dos Estados da União.

§ 1º Haverá nesta Escola um curso especial consagrado ao ensino de trabalhos manuaes e de desenho applicado ás escolas primarias.

§ 2º O Prefeito poderá contractar, por prazo não excedente de seis annos, professores estrangeiros habilitados a ensinarem as materias constantes do plano de estudos desta Escola.

§ 3º Só será levada a effeito a creação da Escola Normal de Artes e Officios si o Governo Federal se dispuzer a concorrer com, pelo menos, metade da despeza.

§ 4º O plano de estudos, programmas e regulamento da Escola Normal de Artes e Officios serão organizados pelo Director de Instrucção Publica e submettidos á approvação do Prefeito e do Governo Federal.

Art. 18 Fica o Prefeito autorizado a dar novo regulamento ás escolas profissionaes, modificando o plano de estudos estabelecendo na lei do ensino, em ordem a manter o seu character primário e elemental, podendo crear novas escolas de aperfeiçoamento industrial, destinadas a alumnos menores de dezoito annos e maiores de treze, que trabalhem em fabricas ou officinas particulares.

Art. 19 Fica o Prefeito autorizado a crear cinco jardins da infancia, situando-os em bairros diversos daquelles onde funccionam os dois já existentes.

§ 1º Um desses jardins será installado de accôrdo com os planos das *Case dei bambini*, provido do material adequado, praticando-se nelle o methodo auto-educativo Montessori.

§ 2º Para dirigir os jardins da infancia, poderá o Prefeito contractar no estrangeiro pessoas competentes.

Art. 20 Fica o Prefeito autorizado a dar novo Regulamento á Escola Normal, cingindo-se ás normas dictadas pela lei do ensino primário, normal e profissiona, approvada pelo Decreto n. 981, de 2 de Setembro de 1914, e observando rigorosamente as disposições da mesma lei relativas ao ensino normal.